

MIGRAÇÕES PARA O ACRE: QUESTÕES SOCIOIDENTITÁRIAS

Orlando Menezes da Silva ¹
Lucilene Ferreira de Almeida ²

RESUMO

Este artigo é resultado de reflexões sobre pesquisas realizadas na disciplina Geografia do Trabalho, com foco nas questões de migrações presentes nas leituras realizadas e que nos levaram a refletir sobre os aspectos que levam pessoas a realizar migração para o Estado do Acre. Nesse ínterim, ao longo do desenvolvimento da graduação em Geografia, observou-se nas disciplinas que discutem de alguma maneira os movimentos populacionais, apontam, por diferentes vias teóricas, formas de se olhar para as motivações que levam populações, de variados grupos sociais, a se deslocarem de seus espaços de origem e transitar para outros ambientes que, de alguma forma, de maneira forçada ou não, passam a construir novas formas de socialização e, por conseguinte, novas práticas identitárias que produzem traços de pertencimento a territórios construídos. Versa ainda sobre questões socioidentitárias, observando as características culturais e identitárias e que produzem práticas sociais. O estudo é de natureza qualitativa e do tipo bibliográfico, documental e exploratório, com base, sobretudo em autores que discutem questões migratórias e identitárias, tais como Antunes (2019), Lima e Alves (2021), Ranzi (2008) e Tocantins (2001), entre outros. Após análise, concluímos, que as migrações são frutos de vários processos e que as identidades presentes são resultados desses processos. No Acre, os movimentos populacionais remontam os períodos áureos do extrativismo da borracha, com a vinda de grupo de nordestinos. A partir do enfraquecimento da atividade gomífera, temos as migrações atraídas pela compra e ocupação de terras, entre outros. E mais recentes os fluxos migratórios se dão por imigrantes oriundos de países que enfrentam problemas de ordens diversas, caracterizando o Acre como uma área também de passagem.

Palavras-chave: Migrações, Identidades, História do Acre, Populações, Amazônia.

RESUMEN

Este artículo es resultado de reflexiones sobre investigaciones realizadas en la disciplina Geografía del Trabajo, centrándose en cuestiones migratorias presentes en las lecturas realizadas y que nos llevaron a reflexionar sobre los aspectos que llevan a las personas a migrar al Estado de Acre. Mientras tanto, a lo largo del desarrollo de la carrera de Geografía, se observó que en las disciplinas que de alguna manera discuten los movimientos poblacionales, señalan, a través de diferentes caminos teóricos, formas de mirar las motivaciones que conducen a las poblaciones, desde diferentes contextos sociales. grupos, hasta desplazarse de sus espacios originales y trasladarse a otros entornos que, de alguna manera, obligados o no, comienzan a construir nuevas formas de socialización y, en consecuencia, nuevas prácticas identitarias que producen huellas de pertenencia a territorios construidos. También aborda cuestiones socioidentitarias, observando las características culturales e identitarias que producen las prácticas sociales. O estudo é de natureza qualitativa e do tipo bibliográfico, documental e exploratório, com base, sobretudo em autores que discutem questões migratórias e identitárias, tais como Antunes (2019), Lima e Alves (2021), Ranzi (2008) e Tocantins (2001), entre outros. Luego del análisis, concluimos que las migraciones son el resultado de varios procesos y que las identidades actuales son el resultado de estos procesos. En Acre, los movimientos de población se remontan a las épocas doradas de la extracción del caucho, con la llegada de un grupo de gente del Nordeste. Tras el debilitamiento de la actividad chiclera, tenemos migraciones atraídas por la compra y ocupación de tierras, entre otras. Y más recientemente, los flujos migratorios son provocados por inmigrantes procedentes de países que enfrentan problemas de diferente orden, caracterizando a Acre como una zona de tránsito.

Palabras clave: Migraciones, Identidades, Historia de Acre, Poblaciones, Amazonía.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Unopar, em Letras-Libras da Universidade Federal do Acre e Geografia da FAVENI – SP, Mestrando em Geografia da Universidade Federal do Acre, orlando.silva@sou.ufac.br e orlando.menezes@gmail.com

² Co-autora e Professora orientadora: doutora, Universidade Federal do Acre, lulucageo@gmail.com

INTRODUÇÃO

As questões migratórias no e para o Acre são complexas, no sentido de que, historicamente, a população acreana é resultante de inter-relação entre povos como peruanos, venezuelanos, haitianos, bolivianos, indígenas de diferentes povos, populações afro-brasileiras entre outras populações que, por diferentes motivos, transitam de espaços a outros para atender às suas diferentes necessidades, mesmo no caso de migrações forçadas como é o caso dos sujeitos haitianos que, por uma questão ambiental, tiveram de se deslocar de seus ambientes de origem; além de migrantes de outros países, o Acre tem se construído, ao longo do tempo, por sujeitos de outras regiões brasileiras e de outros países (ÔCHOA; IGLESIAS; TEIXEIRA, 2003).

Nesse ínterim, ao longo do desenvolvimento da graduação em Geografia, observou-se nas disciplinas que discutem, de alguma maneira a dinâmica dos movimentos populacionais, apontam, por diferentes vias teóricas, formas de se olhar para as motivações que levam populações, de variados grupos sociais, a se deslocarem de seus espaços de origem e transitar para outros ambientes que, de alguma forma, de maneira forçada ou não, passam a construir novas formas de socialização e, por conseguinte, novas práticas identitárias que produzem traços de pertencimento a territórios construídos.

Assim como o próprio Brasil, desenvolvido por meio de uma miscelânea de povos que promoveram inter-relações oriundas de exploração e de genocídios, que causaram diferentes “misturas” entre povos, com base em relações de poder assimétricas, o território que hoje atualmente é chamado de Acre é resultante de relações de contato intermediado por contendas, explorações em diferentes níveis e, sobretudo, matanças em diferentes formas, desde carceramento, no caso de escravidão de sujeitos indígenas e de migrantes nordestinos, a mortes físicas e socioidentitárias, o que ocasionou diferentes formas de silenciamentos a povos de origem não europeia estabelecidos na região amazônica em que está localizado o Acre.

Um ponto da atualidade, que merece um tratamento investigativo, envolve a relação entre espaços territoriais e produção socioidentitária – mais precisamente em relação às questões subjetivas de pertencimento a territórios específicos – como a migração de sujeitos haitianos e venezuelanos, devido ao Acre ser uma rota de passagem de migrantes que saem de seus países de origem e adentram o Brasil; considera-se essa realidade migratória importante, pois é interessante tentar compreender como esses migrantes utilizam-se dessas rotas migratórias e, se de algum modo, permanecem no estado do Acre ou vão para outros lugares do

Brasil. Além dos migrantes de outros países, o Acre é conhecido por ter brasileiros de vários lugares do Brasil que, por diferentes motivos, firmaram residência no estado e fizeram dessa região um espaço de interação e socialização. A priori, a partir de hipóteses que, de certa forma, são a base dessa proposta de investigação, as levadas migratórias ocorrem devido, entre outras coisas, à vulnerabilidade social pela qual passam sujeitos dos países vizinhos do Brasil ou de outras regiões desse país que levam a diferentes trânsitos; esses trânsitos carecem, para melhor serem compreendidos, de estudos sistemáticos que podem levar a um debate importante sobre a constituição socioidentitária do estado e, por conseguinte, a uma reflexão sobre as diferentes contribuições que as migrações produzem/produziram para se pensar o desenvolvimento de visões/ideias sobre a região amazônica na qual o Acre está inserido.

Assim sendo, este texto é uma proposta de análise das diferentes contribuições socioidentitárias que as migrações/migrantes desenvolveram na constituição do que se compreende/entende geopoliticamente sobre a região conhecida como Acre e como diferentes olhares sobre a região, advindos de pessoas que migraram para o estado, constroem/construíram imagens sobre a região amazônica em que o Acre está imerso. Para tal intento, faz-se necessária a reflexão sobre estudos já realizados sobre processos migratórios no Brasil para se entender se essas pesquisas podem contribuir com o debate sobre as ondas migratórias que se fixaram, de alguma maneira no estado do Acre, ou utilizaram esse estado como passagem para adentrar outros diferentes ambientes do Brasil e se estabelecerem em outras partes do país. Além disso, a partir de pesquisa de base bibliográfica será possível investigar as contribuições socioidentitárias que são desenvolvidas em espaços constituídos por ondas migratórias; além de investigação em base bibliográfica sobre processos migratórios, é fundamentalmente importante compreender como os sujeitos migrantes se constituíram no estado do Acre e como as suas diferentes “visões” sobre o estado podem traduzir sentidos sobre a região amazônica na qual o Acre está localizado e como, subjetivamente, esses sujeitos se veem como pertencentes ou não ao local em que, de alguma forma “escolheram” para se estabelecer e criar diversos vínculos sociais.

Nesse sentido, o presente estudo é de base qualitativa e de procedimento bibliográfico, se ancorando no método (auto)biográfico e em referenciais de pesquisas de autores que atuam com o tema. Os autores referenciados nesta proposta de pesquisa são Antunes (2008, 2019), Ôchoa; Iglesias; Teixeira (2003), Ranzi (2008) e Tocantins (2001). Neste trabalho, esses autores, serão considerados como base para os primeiros olhares sobre os movimentos migratórios no e para o Acre, sendo que, ao longo da pesquisa, outras referências serão,

obrigatoriamente, acrescentadas para uma melhor compreensão do estado da arte do tema aqui em discussão.

Dessa forma, almeja-se, com este projeto, apresentar uma reflexão mais pormenorizada do tema em destaque e incitar uma reflexão mais aprofundada, que resultará em uma dissertação de mestrado em Geografia, sobre o tema da constituição socioidentitária de migrantes no estado do Acre.

METODOLOGIA

Nesta seção, serão discutidos alguns aspectos teórico-metodológicos que embasam esta proposta de pesquisa. Para tal intento, descrevem-se alguns aspectos gerais, de como o Acre, pelo menos pela história oficial, se constitui como estado brasileiro e como a região em que este está localizado foi formado, sobretudo, pelo trabalho advindo de levadas migratórias para a região ou que utilizaram-na como passagem para outros ambientes brasileiros.

Aqui é proposta uma pesquisa de natureza qualitativa e do tipo bibliográfica e exploratória, que, segundo Fonseca (2002), é:

[...] feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A base bibliográfica parte da leitura e da análise de um arcabouço teórico sobre o processo de migrações e construção de identidades, a partir de Antunes (2019), Lima e Alves (2021), Ranzi (2008) e Tocantins (2001), entre outros.

Desta maneira, propomos uma análise reflexiva e desconstrutivista dos autores que versam sobre as migrações e questões socioidentitárias. Pesquisas de base desconstrutivista, a partir de abordagens que analisam práticas pós-modernas, objetivam analisar modelos e propor problematizações acerca de questões de migrações e socioidentitárias no Estado do Acre.

Nesta pesquisa, que se caracteriza enquanto bibliográfica e documental, algumas questões teóricas se inserem de certo modo entre os resultados a serem apresentados. Nesta parte do texto enfatizaremos algumas questões relativas ao objeto da pesquisa, ou seja, as migrações.

Inúmeras pesquisas abordam sobre os deslocamentos populacionais ao longo do tempo. Estes envolvem fluxos de pessoas entre diferentes territórios, motivados por fatores de expulsão e de atração variados, e que merecem olhares diferenciados, visto que as mudanças globais e regionais contribuem para resignificação sobre o conceito de migração e processos correlatos. Aqui, brevemente daremos atenção a algumas questões sobre essa discussão, como as importantes contribuições de autores clássicos, como Paul Singer (1980), que numa perspectiva mais econômica, entendia a migração como um processo positivo e necessária para o desenvolvimento do capitalismo em países desenvolvidos. Regiões estagnadas economicamente motivavam a saída de pessoas a procura de trabalho em áreas com potencialidade de crescimento, principalmente com o avanço da industrialização.

Numa perspectiva das mobilidades que ocorrem dos espaços rurais para as cidades, a contribuição de Eunice Durham (1984), que analisa os mecanismos sociais no contextos migratórios. Para a autora, a migração é fator constituinte da cultura brasileira, que vai além de questão apenas econômica. A mobilidade populacional constitui-se num mecanismo social, por mais que em alguns casos seja um decisão individual.

As migrações no Brasil foram responsáveis em parte, pela concentração de pessoas em determinadas regiões, assim como contribuiu para as identidades construídas, como a exemplo da Amazônia, considerada a última fronteira de ocupação e exploração, que ao longo dos últimos séculos, vivenciou o fluxo de pessoas de outras regiões brasileiras e de países outros. Estes fluxos têm conotações diversos, já que ao longo do tempo os fatores contribuintes variam.

Nas últimas décadas as migrações têm tomado proporções abrangentes, principalmente por envolver questões políticas internacionais. Indivíduos e grupos se deslocam e necessitam de refúgio, como fuga para problemas políticos, sociais e ambientais em suas áreas de origem. Na maioria das vezes, caracterizam as migrações internacionais.

Nesse contexto, os migrantes, de modo geral, decidem pelo deslocamento por motivos variados (como a procura de emprego, educação e saúde, e, melhorias na condição de vida da família), mas “não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte” (ONU, 2015, s/p). Para a Organização das Nações Unidas – Onu (2016), a distinção entre os migrante e refugiado,



apesar de estar inserido num processo complexo de migração. Atrelado ao contexto migratório temos os refugiados que em termos conceituais, apresentam algumas especificidades.

[...] são pessoas que deixaram tudo para trás para escapar de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornarem um ‘refugiado’ reconhecido internacionalmente, com o acesso à assistência dos Estados, do ACNUR e de outras organizações. São reconhecidos como tal, precisamente porque é muito perigoso para eles voltar ao seu país e necessitam de refúgio em algum outro lugar. Para estas pessoas, a negação de uma solicitação da condição de refugiado pode ter consequências vitais. (ONU, 2015, s/p.).

Nesse contexto, várias regiões mundiais recebem diariamente migrantes e migrantes refugiados, definindo assim seus territórios enquanto pontos de fixação ou apenas de como corredores de passagens para esses movimentos. No Brasil esses fluxos foram e são importantes para a configuração territorial, contribuindo para os arranjos sociais, culturais e produtivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o início do século XX, a área territorial onde hoje é o Estado do Acre, pertencia à Bolívia e ao Peru. No entanto, desde as primeiras décadas do século XIX, a maioria de sua população era formada por brasileiros indígenas e brasileiros que vieram, principalmente, da região Nordeste do Brasil, a maioria do Estado do Ceará, para trabalhar nos seringais nativos, extraindo o látex das seringueiras e produzir borracha (1º surto da borracha), além de trabalharem em outras atividades extrativistas. Esses migrantes se recusavam a obedecer às autoridades bolivianas.

Os brasileiros criaram na prática, um território independente e exigiam sua anexação junto ao Brasil. Os seringalistas, com o apoio do governo do Amazonas, arquitetaram vários movimentos armados na tentativa de expulsar os bolivianos e anexar o Acre do Brasil, porém, essas tentativas fracassaram. Em 1899, as autoridades bolivianas começaram a exigir o pagamento de impostos e fundaram Puerto Alonso (hoje atual cidade de Porto Acre) na tentativa de assegurar a soberania boliviana na área.

Ainda na primeira quinzena de julho do ano de 1899, o senhor Luís Galvez Rodrigues Árias, de nacionalidade espanhola juntamente com alguns seringalistas do estado do Acre, realizaram a uma proclamação do estado como sendo uma “República Independente”. Puerto Alonso foi a cidade escolhida para ser a capital do novo país com o nome de “Cidade do Acre”. Galvez tomou posse como Presidente. Já em março do ano seguinte, ano de 1900, o governo

brasileiro, enviou uma força tarefa da Marinha de Guerra para que Galvez fosse destituído do cargo e devolveu a região aos bolivianos.

Ainda no mesmo ano, por volta do dia 10 de novembro de 1900, Luís Galvez saiu da capital amazonense, Manaus, para o Acre. Este veio com o objetivo de expulsar os bolivianos e anexar essa área territorial ao Brasil, a Expedição “Floriano Peixoto”, também conhecida como “Expedição dos Poetas”. Porém, no dia 29 de dezembro do mesmo ano, houve o primeiro combate, onde foram derrotados e voltaram para Manaus, deixando todo o armamento trazido em posse dos bolivianos.

Soube-se que ainda naquele mesmo período, “as autoridades bolivianas negociaram o arrendamento das terras do Acre a uma Companhia Financeira Internacional denominada, “The Bolivian Syndicate” que pretendia explorar as riquezas da localidade. Esse arrendamento de terras do Acre aos norte-americanos e ingleses assustou o governo brasileiro, pois caso isso se concretizasse, iria colocar em perigo a soberania brasileira sobre à região amazônica local”. (LIMA E ALVES, 2005).

Ainda segundo Lima e Alves (2005), os brasileiros não gostaram dessas medidas e se revoltaram, a partir daí, os conflitos foram aumentando e culminaram com a deflagração do que ficou conhecido como Revolução Acreana, sendo escolhido para ser o comandante-em-chefe desse movimento o gaúcho José Plácido de Castro, que tinha experiência militar e se encontrava no estado do Amazonas trabalhando como agrimensor.

A guerra começou em 06 de agosto de 1902, com o ataque do exército à cidade de Mariscal Sucre (atualmente, cidade de Xapuri) e após 171 dias de muitos combates sangrentos, com a perda de muitas vidas para ambos os lados, o conflito terminou no dia 24 de janeiro de 1903, com o exército acreano derrotado e o exército boliviano no combate pela tomada da cidade de Puerto Alonso (Porto Acre). José Plácido de Castro usou a força total nesse ataque, um efetivo de 1.600 homens. As hostilidades entre brasileiros e bolivianos terminaram com a assinatura do Tratado de Petrópolis no dia 17 de novembro de 1903.

Pelo tratado, o Brasil recebeu a posse definitiva da região em troca de áreas no Mato Grosso, do pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e do compromisso de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que até os dias atuais, nunca chegou a ser concluída em sua totalidade. No dia 07 de abril de 1904, o Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves assinou o Decreto-Lei nº 5.188 que transformou o Acre em Território Federal.

Além dos conflitos entre brasileiros e bolivianos, houve também conflitos armados entre brasileiros e peruanos na região do Vale do Juruá. O governo peruano alegava que, segundo Tratados internacionais, a região oeste do Acre pertencia ao Peru. Essa questão obrigou



os governos dos dois países a nomearem comissões para tentar chegar a um consenso e assinar um Tratado para finalizar os conflitos. E assim aconteceu. No dia 08 de setembro de 1909, os governos do Brasil e do Peru assinaram o Tratado do Rio de Janeiro, pondo fim às hostilidades. Com a assinatura desse Tratado, o Acre ficou com uma área territorial de 152.589 km².

Integrado ao Brasil como Território, o Acre é subdividido em 3 Departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, este último desmembrado em 1912 para formar o Alto Tarauacá. Em 15 de junho de 1962, o então Presidente João Goulart sanciona a Lei nº 4.070, que eleva o território do Acre à categoria de Estado.

Questões sociopolíticas e administrativas do/no estado do Acre

Como vimos, a assinatura do Tratado de Petrópolis ocorrida em 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolívia anexou ao Brasil a área territorial do Acre. Pela Lei nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, o Congresso Nacional autorizou o Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, a administrar a nova área territorial reconhecida como brasileira. O Governo Federal, através do Decreto nº 5.188 de 07 de abril de 1904, dividiu o Território do Acre em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, conforme ilustração do mapa a seguir:

Mapa 1 – Primeira divisão política do Território do Acre.

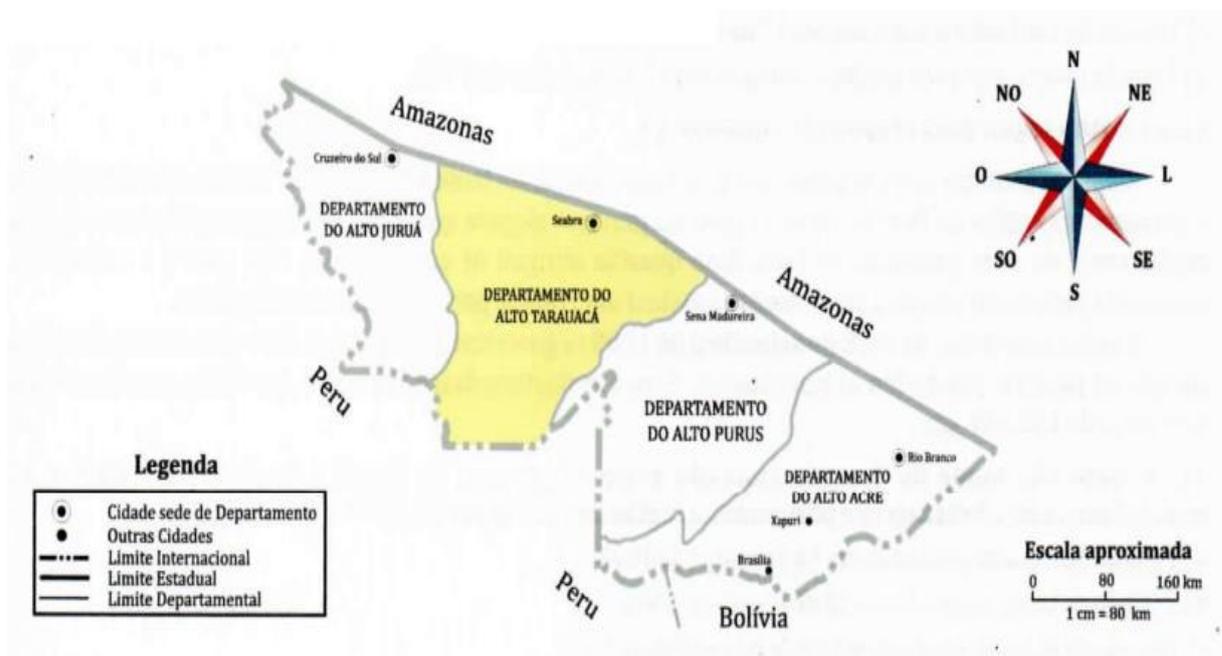


Fonte: Antunes (2019)



Uma segunda reforma foi autorizada pelo artigo 5º da Lei nº 5.544 de 04 de janeiro de 1912, reorganizando a administração do território. O Governo Federal através do Decreto nº 9.831 de 23 de outubro de 1912, assinado pelo então Presidente Marechal Hermes da Fonseca, criou mais um Departamento no Território do Acre, o Alto Tarauacá, com terras desmembradas do Departamento do Alto Juruá. Ficando assim, o Território do Acre, com quatro Departamentos: Alto Acre, Alto Purus, Alto Tarauacá e Alto Juruá, como podemos ver na ilustração a seguir:

Mapa 2 – Segunda divisão política do Território do Acre.

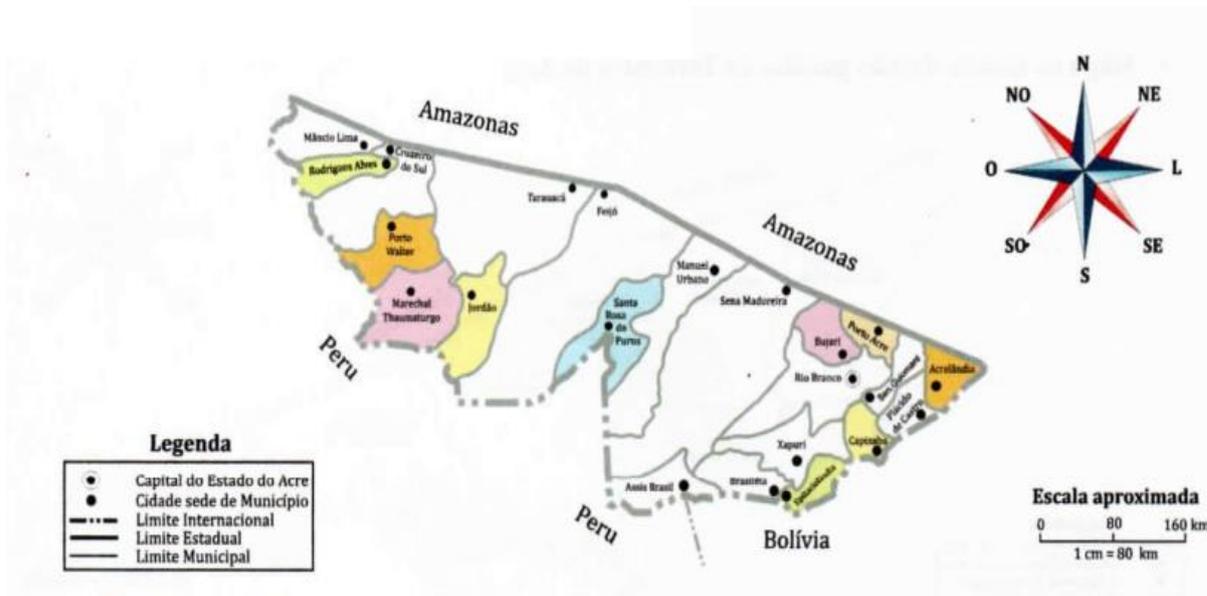


Fonte: Antunes (2019)

Essas não foram as únicas divisões políticas que o Estado do Acre sofreu, houve pelo menos seis divisões políticas, sendo a última, por meio de plebiscito e delas a divisão do Estado do Acre ficou da forma ilustrada na imagem a seguir, com 22 Municípios:



Mapa 3 – Sexta divisão política do Território do Acre.



Fonte: Antunes (2019)

Como podemos observar no Mapa 3, a constituição geopolítica do Acre se constitui em 22 municípios, distribuídos em diversas regiões do estado que apresentam diferentes constituições populacionais que registram formas de migração. Sobre as levas migratórias, bem como sobre as características populacionais desses territórios ainda são, plenamente, desconhecidas o que dificulta, por exemplo, a produção de políticas públicas que levem em consideração as necessidades dessas sociopolíticas dessas populações.

Motivações migratórias para a região do estado do Acre

Foram vários os acontecimentos que incentivaram milhares de nordestinos, principalmente cearenses, a migrarem para o Acre, no final do século XIX. Os acontecimentos internos estão vinculados principalmente ao sofrimento, à miséria e aos prejuízos causados pelas grandes secas que assolaram o nordeste brasileiro nas três últimas décadas do século em citado anteriormente.

Como fatores externos, temos o fato de que naquela época, existia um grande desenvolvimento e uma grande expansão das indústrias europeias e norte-americanas que precisavam de matéria-prima como a borracha, para a indústria de pneumáticos e como a

Amazônia era um celeiro de seringueiras nativas, ou seja, tinha matéria-prima em abundância, milhares de pessoas do interior dos estados do nordeste resolveram se aventurar vindo para a Amazônia, com a esperança de que com muito trabalho poderiam juntar um bom dinheiro e retornar para seus locais de origem, e levando junto, um capital para investir em algum negócio e ficar perto de seus familiares. O trabalho desses migrantes seria, principalmente, nos seringais do Pará, Amazonas e na região do Acre; o trabalho consistia na extração de látex das seringueiras nativas, trabalhando nas florestas amazônicas.

Mas, quando decidiram vir para a floresta amazônica, não faziam ideia das enormes dificuldades que aqui iriam ter de passar, as precárias condições de trabalho nos seringais, exploração sofrida por parte de seringalistas e doenças causadas pelos mosquitos e pelo clima quente e úmido da Amazônia. Alguns nem se quer chegaram até aqui, morreram durante a viagem que era realizada em navios que saíam de São Luiz, no Maranhão, até as cidades de Belém e Manaus.

Os primeiros habitantes da região acreana: os povos indígenas

Os migrantes não foram os primeiros seres humanos a chegarem aqui no Acre. Essa região, mesmo quando pertencia à Bolívia e ao Peru, como vimos anteriormente, já era habitada pelos nativos (povos indígenas) e eles estavam organizados e distribuídos por toda área territorial do Acre. Eles eram milhares de indivíduos e estavam ou eram divididos em dois troncos linguísticos: os Panos (que habitavam a região do rio Juruá) e os Aruakes (que habitavam a região do rio Purus).

Os primeiros migrantes que chegaram para explorar as terras acreanas vieram da Província do Amazonas e Pará. Depois, e em maior número, vieram os nordestinos, sendo a maioria oriunda do estado do Ceará. Vieram também para o Acre, imigrantes vindos de outros países, de lugares variados e distante do planeta. Destes podemos citar como exemplo: os sírios, libaneses, judeus, portugueses, espanhóis, italianos, alemães e, também de países vizinhos, principalmente bolivianos e peruanos.

Esses imigrantes começaram a chegar ao Acre, nas primeiras décadas do século XX, motivados pelo desejo de enriquecimento através do comércio da borracha e da castanha, os quais rendiam muito capital à época. Eles podem ser considerados o terceiro ramo étnico formador do povo acreano.

Por fim, as biografias brasileiras relatam que a partir da década de 1970, vieram para o Estado do Acre, os migrantes vindos do centro-sul do Brasil, os que chamamos de “paulistas”

começaram genericamente denominados. Eles chegaram no Acre motivados, principalmente, pelas facilidades que o governo estadual oferecia através de incentivo fiscais, objetivando a exploração da região. Esses migrantes vieram com o objetivo de adquirir grandes glebas de terras para desenvolverem atividades agropecuárias. Esses migrantes podem ser considerados o quarto ramo étnico formador do povo acreano.

Entendendo que a cultura do povo acreano é diretamente influenciada pela diversidade de povos que se tornaram a partir das migrações ocorridas dentro do Estado do Acre, entende-se que a migração da população do Acre se deu de várias formas e ocasionadas por diversos fatores, sejam eles de ordem financeira ou não, podemos observar, a partir desta proposta de pesquisa, que o Acre é um estado construído por meio de acordos produzidos por grupos com forte poder social e, sobretudo, construído em torno de genocídio e escravização de populações indígenas e da matança e exploração de sujeitos brasileiros que, para esta região, trouxeram suas diferentes forças de trabalhos.

Infelizmente, o primeiro material didático que retrata a História do Acre se mostra confuso e não muito consistente, visto que muitos dos relatos foram perdidos quando os povos indígenas e outros diferentes habitantes locais não deixaram registro, até mesmo em uma análise preliminar é difícil descrever. Certamente os materiais que tratam da história do Acre carecem de uma análise mais detalhada que, por limitações de tempo, não podem ser efetivadas. Também seria proveitoso um contato com os autores que elaboram os livros que retratam sobre a história do Acre para uma investigação de como se deu o processo de coleta de dados para elaboração dos escritos. Mais pesquisas sobre a história do Acre e as possíveis fatores que fizeram as pessoas a migrarem para o Estado do Acre são necessárias, para melhorar a qualidade do material didático, e para preencher uma lacuna que já dura há muitos anos sobre essa temática, com consequências importantes no campo educacional.

Nesse sentido, para uma compreensão, das diferentes levas migratórias que constituíram a região do estado do Acre ou que utilizaram dessa região como rota para outros lugares do Brasil, faz-se necessário uma pormenorizada pesquisa bibliográfica para se compreender como estudos sobre a história do Acre foram desenvolvidos, inclusive para se pensar como esses textos foram construídos e desenvolvidos. Além da história do Acre, faz-se importante analisar textos já publicados sobre movimentos migratórios no Brasil, sobretudo na região amazônica, para se entender possíveis possibilidades de elementos migratórios para a região em que está localizado o estado do Acre. Entende-se que é fundamentalmente importante a escuta de diferentes “vozes” de migrantes que se estabeleceram no Acre ou, por algum motivo, utilizaram o estado para adentrar outros espaços do Brasil.

Há uma variedade de possibilidades metodológicas para investigações sobre os processos migratórios no e para o Acre. Aqui, utilizou-se de levantamentos bibliográficos como ponto de partida para o conhecimento desses fluxos. Importante considerar os diferentes sujeitos e seus contextos territoriais e identitários e reconhecer o Acre como um espaço de convívio, passagem e uma fronteira ainda em movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que a cultura do povo acreano é diretamente influenciada pela diversidade de povos que se tornaram a partir das migrações ocorridas dentro do Estado do Acre, entendese que a migração da população do Acre se deu de várias formas e ocasionadas por diversos fatores, sejam eles de ordem financeira ou não, podemos observar, a partir desta pesquisa, que o Acre é um estado construído por meio de acordos produzidos por grupos com forte poder social e, sobretudo, construído em torno de genocídio e escravização de populações indígenas e da matança e exploração de sujeitos brasileiros que, para esta região, trouxeram suas diferentes forças de trabalhos, o que torna, de certa forma, o Estado do Acre, um corredor migratório.

Infelizmente, o primeiro material didático que retrata a História do Acre se mostra confuso e não muito consistente, visto que muitos dos relatos foram perdidos quando os povos indígenas e outros diferentes habitantes locais não deixaram registro, até mesmo em uma análise preliminar é difícil descrever. Certamente os materiais que tratam da história do Acre carecem de uma análise mais detalhada que, por limitações de tempo, não podem ser efetivadas.

Também seria proveitoso um contato com os autores que elaboram os livros que retratam sobre a história do Acre para uma investigação de como se deu o processo de coleta de dados para elaboração dos escritos. Mais pesquisas sobre a história do Acre e as possíveis fatores que fizeram as pessoas a migrarem para o Estado do Acre são necessárias, para melhorar a qualidade do material didático, e para preencher uma lacuna que já dura há muitos anos sobre essa temática, com consequências importantes no campo educacional. Além da história do Acre, faz-se importante analisar textos já publicados sobre movimentos migratórios no Brasil, sobretudo na região amazônica, para se entender possíveis possibilidades de elementos migratórios para a região em que está localizado o estado do Acre.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. A. B. **Atlas para colorir do Estado do Acre**. Cidade: Editora, 2008.

ANTUNES, J. A. B. **Estudando e conhecendo o Estado do Acre: Geografia, História e Biodiversidade**, 6. ed. Cidade: Editora, 2019.

DURHAM, EUNICE, *A caminho da cidade*. Editora Perspectiva, 1984.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

IBGE. **Atlas Geográfico Escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro. IBGE, 2004.

LIMA E ALVES, Flávia. **O Tratado de Petrópolis - Interiorização do conflito de fronteiras**. 2005 Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22127-22128-1-PB.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2021.

MATÉRIA, Toda. **Estado do Acre. Geografia do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/estado-do-acre/>. Acesso em 28 de março de 2021.

ÔCHOA, M. L. P.; IGLESIAS, M. P.; TEIXEIRA, G. A.(Org). **Índios do Acre, História e organização – História Indígena – (Acre)**: Comissão Pró-Índio do Acre, 2003.

SINGER, PAUL, *Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*. In: MOURA, Hélio (Coord.). **Migração Interna**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

RANZI, C. M. D. **Raízes do Acre, Rio Branco, AC**. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

TOCANTINS, L. **Formação Histórica do Acre**. vol 1, Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, 4. ed. 2001.